



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0001029615

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reclamação nº 2152139-29.2025.8.26.0000, da Comarca de Marília, em que é reclamante I. A. A. S., é reclamado J. DA 2 V. C. DO F. DE M..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Julgaram procedente a reclamação. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SIMÕES DE ALMEIDA (Presidente) E MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.

NELSON JORGE JÚNIOR
relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

-- voto n. 36.890 --

Reclamação n. 2152139-29.2025.8.26.0000 **Reclamante:** I. A. A. S.

Reclamado: J. da 2 V. C. do F. de M.

Interessados: Anderson Albuquerque da Silva e outro

Comarca: Marília

RECLAMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PENHORA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA – DECISÃO COLEGIADA DESTA 13ª CÂMARA RECONHECENDO A IMPENHORABILIDADE – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL - SUSPENSÃO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO QUE SE LIMITOU AO PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL – EFICÁCIA DA DECISÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NÃO FOI ALCANÇADA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA PELO JUÍZO DE ORIGEM.

- Reclamação deve ser julgada procedente, uma vez que a decisão proferida por esta 13ª Câmara de Direito Privado, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2337118-97.2023.8.26.0000, que reconheceu a impenhorabilidade da verba de natureza alimentar e determinou a liberação dos valores bloqueados permanece hígida e eficaz. A suspensão do Recurso Especial determinada pelo Presidente da Seção de Direito Privado restringiu-se ao processamento do Recurso Especial, sem atingir a eficácia da decisão desta Câmara, cuja autoridade deve ser respeitada. Interpretação diversa implicaria subverter a lógica processual, conferindo efeito suspensivo indevido ao sobrestamento do recurso especial.

RECLAMAÇÃO PROCEDENTE.

Vistos etc.

Cuida-se de reclamação ajuizada contra o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Marília, que proferiu a decisão de fls. 786 que, nos autos do cumprimento de sentença proposto por Anderson Albuquerque da Silva e outro contra Ilda Aparecida Aleandre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Scalise, determinou a liberação do valor penhorado (R\$ 4.816,67) em favor do exequente.

Sustenta a reclamante que o Tribunal de Justiça de São Paulo, ao apreciar agravo de instrumento, determinou a exclusão de quaisquer bloqueios ou penhoras incidentes sobre os proventos de sua aposentadoria, reconhecendo a absoluta impenhorabilidade prevista no art. 833, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Aduz que formulou pedido expresso no sentido de que fosse mantida a decisão proferida no referido acórdão, cujos efeitos permanecem estabilizados e não foram modificados diante da suspensão do Recurso Especial interposto pelo exequente. Ressalta que o Exequente não logrou êxito em obter medida liminar ou recursal que pudesse sustar ou revogar a decisão, permanecendo válido o entendimento até o julgamento definitivo do Recurso Especial interposto.

Afirma a reclamante que, mesmo após a ciência da decisão, o juízo de origem expediu nova ordem de bloqueio via BacenJud sobre conta bancária de sua titularidade, a qual tem como única fonte os proventos de aposentadoria, providência que, em seu entender, afronta diretamente a autoridade da decisão deste Tribunal.

Requer seja julgada procedente a presente reclamação, com o reconhecimento do descumprimento da decisão proferida por este Tribunal, determinando-se ao juízo reclamado a liberação de valores bloqueados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Foi determinada a emenda da inicial para que fosse atribuído o correto valor à causa, bem como deferida a ordem para que fosse desbloqueado os valores da reclamante (fls. 792/793).

Foi indeferido o pedido de efeito suspensivo (fls. 33).

A autoridade reclamada prestou as informações requisitadas (fls. 806/807).

O exequente, beneficiário da decisão impugnada, apresentou contestação (fls. 823/826).

É o relatório.

I. Cuida-se, na origem, de cumprimento de sentença proferida em ação declaratória ajuizada pela reclamante, julgada improcedente, com a condenação da autora ao pagamento de multa de 10% sobre o valor atualizado da causa, em razão de litigância de má-fé. Foi ainda imposta a condenação ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, totalizando R\$ 6.921,89.

Intimada, a executada não adimpliu o débito, razão pela qual foram realizadas diversas tentativas de constrição via SISBAJUD, além de pesquisas por bens penhoráveis mediante o sistema INFOJUD. Diante da ausência de êxito, o exequente requereu a penhora de percentual de 10% sobre os proventos de aposentadoria da executada, pedido que foi deferido pela decisão de fls. 673/674 do cumprimento de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

sentença.

Contra tal decisão, a reclamante interpôs recurso de Agravo de Instrumento nº 2337118-97.2023.8.26.0000, o qual foi julgado por esta 13ª Câmara de Direito Privado, que deu provimento ao recurso para determinar o cancelamento da penhora incidente sobre os proventos da reclamante, reconhecendo a impenhorabilidade da verba de natureza alimentar.

Irresignado, o exequente interpôs Recurso Especial, o qual restou sobrestado pelo Presidente da Seção de Direito Privado em virtude da afetação da controvérsia pelo Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos, para julgamento da questão relativa ao alcance da exceção prevista no § 2º do art. 833 do CPC em relação à impenhorabilidade dos salários e proventos, notadamente quando a renda do devedor for inferior a cinquenta salários mínimos (REsp 1.894.973/PR, 2.071.335/GO, 2.071.382/SE e 2.071.259/SP, Rel. Min. Raul Araújo).

Não obstante, o magistrado de origem determinou o levantamento em favor do exequente da quantia penhorada sobre a aposentadoria da reclamante, sob o argumento de que a decisão colegiada desta Câmara estaria suspensa em razão do sobrestamento do Recurso Especial.

Com efeito, verifica-se que a decisão proferida por esta Câmara nos autos do Agravo de Instrumento nº 2337118-97.2023.8.26.0000 permanece hígida e eficaz, impondo-se sua estrita observância pelo juízo *a quo*. Consta que, naquele julgamento, foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

expressamente reconhecida a impenhorabilidade da verba constricta, determinando-se, por consequência, a liberação dos valores bloqueados.

Ressalte-se que a suspensão determinada pelo E. Presidente da Seção de Direito Privado teve alcance restrito, limitando-se ao processamento do Recurso Especial interposto pelo credor, sem repercussão quanto à eficácia da decisão colegiada proferida por este órgão fracionário. Não se pode, pois, confundir a suspensão do trâmite recursal com a suspensão da decisão desta Câmara, que mantém sua plena autoridade e deve ser respeitada pelas instâncias inferiores.

Admitir entendimento diverso significaria subverter a lógica processual, permitindo que, a pretexto de suspensão de Recurso Especial, fosse paralisada decisão colegiada com eficácia imediata, em manifesta afronta à autoridade desta Corte.

Diante desse quadro, impõe-se a procedência da presente reclamação, com a determinação de observância da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2337118-97.2023.8.26.0000 e a consequente liberação dos valores bloqueados

II. Ante o exposto, pelo meu voto, julga-se procedente a reclamação, nos termos do acórdão.

Respeitadas as decisões dos tribunais superiores, pelas quais vêm afirmando ser preciso o pré-questionamento explícito dos dispositivos legais ou constitucionais inferidos violados e a fim de ser evitado eventual embargo de declaração, tão só para esse fim, por falta de sua expressa referência na decisão então proferida, ainda que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
13ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

examinado de forma implícita, dou por pré-questionados os dispositivos legais e/ou constitucionais apontados.

Nelson Jorge Junior

-- Relator --